

ECOFEMINISMO NA FORMAÇÃO DOCENTE: CORPOS, GÊNERO, CUIDADO E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

ECOFEMINISM IN TEACHER EDUCATION: BODIES, GENDER, CARE, AND SOCIO-ENVIRONMENTAL JUSTICE IN SCHOOL EDUCATION

Angelita Belo¹

¹Universidade Federal do Paraná, Matinhos-PR, Brasil.

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão narrativa e autobiográfica sobre os impactos da formação ecofeminista na prática docente, com base na experiência vivenciada no *Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais* (PROFCIAMB/UFPR), especialmente na disciplina *Ecofeminismo: Mulher, Meio Ambiente e Ética do Cuidado*. O objetivo é compreender como esses princípios influenciaram a construção de práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e decoloniais na educação básica. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com ênfase na escrita de si como método formativo e investigativo. Os resultados apontam para a ressignificação da prática docente, evidenciada na valorização do cuidado, da escuta sensível, dos saberes não hegemônicos e da atenção às múltiplas opressões que atravessam o cotidiano escolar. A experiência contribuiu para o fortalecimento de uma postura ética e política na atuação docente, comprometida com a justiça socioambiental e com a transformação das relações de poder na escola, apontando que formações ecofeministas transformam a prática docente e produzem impactos éticos, políticos e pedagógicos. Conclui-se que a formação ecofeminista é uma ferramenta potente para o desenvolvimento profissional docente, articulando teoria e prática em processos capazes de gerar mudanças significativas no modo de ensinar, aprender e se relacionar com o mundo.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Corpo. Gênero. Formação docente. Justiça socioambiental

ABSTRACT

This article presents a narrative and autobiographical reflection on the impacts of ecofeminist training on teaching practice, based on the experience lived in the Professional Master's Program of the National Network for Environmental Sciences Teaching (PROFCIAMB/UFPR), particularly in the course *Ecofeminism: Woman, Environment, and the Ethics of Care*. The aim is to understand how these principles influenced the construction of more critical, inclusive, and decolonial pedagogical practices in basic education. A qualitative approach was adopted, with emphasis on self-writing as both a formative and investigative method. The results indicate a re-signification of teaching practice, evidenced by the valuing of care, sensitive listening, non-hegemonic knowledge, and attention to the multiple oppressions that shape everyday school life. The experience contributed to strengthening an ethical and political stance in teaching, committed to socio-environmental justice and to transforming power relations within the school, suggesting that ecofeminist training transforms teaching practice and produces ethical, political, and pedagogical impacts. It is concluded that ecofeminist training is a powerful tool for teachers' professional development, articulating theory and practice in processes capable of generating significant changes in the ways of teaching, learning, and relating to the world.

Keywords: Ecofeminism. Body. Gender. Teacher education. Socio-environmental justice.

Introdução

Vivemos em um momento histórico em que se torna cada vez mais urgente repensar a formação docente à luz de desafios complexos e interconectados, como as desigualdades de gênero, a colonialidade do saber e as múltiplas crises socioambientais. A escola, como espaço de formação de sujeitos, não pode se eximir da responsabilidade de abordar essas questões de forma crítica, ética e transformadora. Diante disso, emerge a necessidade de formar professoras e professores capazes de compreender e intervir nesses contextos, articulando saberes pedagógicos com uma consciência política e ambiental enraizada no cuidado, na equidade e na justiça social.

Minha trajetória acadêmica no *Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais* - PROFCIAMB, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral,

foi decisiva para o amadurecimento desse olhar. Em especial a disciplina *Ecofeminismo: Mulher, Meio Ambiente e Ética do Cuidado*, que provocou deslocamentos significativos na minha compreensão sobre as interseções entre opressões de gênero, destruição ambiental e práticas pedagógicas, despertando em mim a necessidade de revisitar minha atuação na educação básica a partir de outras lentes.

Neste artigo, opto por um enfoque narrativo e autobiográfico, utilizando o relato de experiência como metodologia de análise e reflexão crítica sobre minha prática docente e acadêmica. O objetivo deste trabalho é refletir como a formação ecofeminista impactou e continua a impactar a minha atuação profissional na educação básica, especialmente no que se refere à construção de práticas mais críticas, inclusivas e decoloniais sob as questões socioambientais. Ao articular teoria e prática, proponho caminhos possíveis para uma práxis pedagógica comprometida com o cuidado, a equidade de gênero e a justiça socioambiental. Compreende-se o ecofeminismo, nesse contexto, não apenas como uma corrente de pensamento, mas como uma perspectiva ética e política baseada no respeito à diversidade, no cuidado com a vida e na transformação social, fundamentos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Métodos

Considerando o objetivo deste estudo, adoto uma abordagem qualitativa, com ênfase narrativa e autobiográfica. Essa escolha se fundamenta na compreensão de que a pesquisa é um processo sistemático que articula teoria e prática na busca por compreender fenômenos complexos da vida cotidiana¹, especialmente aqueles atravessados pela experiência subjetiva e situada.

A abordagem qualitativa permite explorar com profundidade os sentidos atribuídos às vivências docentes, favorecendo a produção de conhecimentos contextualizados, interpretativos e sensíveis às dinâmicas reais dos ambientes educacionais². Dentro dessa perspectiva, o estudo adota também um caráter descritivo, ao buscar evidenciar como a formação ecofeminista influenciou minha prática pedagógica, com base em uma experiência concreta de formação vivida no âmbito do PROFCIAMB.

Trata-se, portanto, de uma investigação narrativa e autobiográfica, que reconhece a escrita de si como dispositivo epistemológico e político. Narrar a própria experiência permite compreender percursos formativos e reconstruir sentidos atribuídos à prática profissional, visto que vida e profissão estão entrelaçadas em narrativas que favorecem processos de autorreflexão e ressignificação da docência^{3,4}. As escritas autobiográficas possibilitam múltiplos modos de ser, agir e conhecer, promovendo a emancipação a partir da escuta sensível de si e do mundo⁵.

A narrativa construída neste trabalho parte da minha trajetória como professora da educação básica e egressa do PROFCIAMB - UFPR, especialmente da vivência na disciplina *Ecofeminismo: Mulher, Meio Ambiente e Ética do Cuidado*. Essa experiência constitui o ponto de inflexão que possibilitou ressignificar minha prática docente, à luz de princípios ecofeministas, como a ética do cuidado, a justiça socioambiental e a crítica à lógica de dominação, bem como a opressão das mulheres e a exploração da natureza. Nesse sentido, a escrita assume um compromisso ético e formativo, buscando compreender de que modo a formação recebida reverbera em minha atuação pedagógica, na construção de práticas mais críticas, inclusivas e decoloniais.

Resultados

Os resultados desta investigação se manifestam na resignificação da prática docente a partir da perspectiva Ecofeminista, construída ao longo da formação no PROFCIAMB/UFPR e, especialmente, da vivência na disciplina *Ecofeminismo: Mulher, Meio Ambiente e Ética do Cuidado*. Desde o primeiro encontro, a condução da professora Eliane Regina Crestani Tortola, responsável pela disciplina, foi determinante para despertar, não apenas em mim, mas em toda a turma, o desejo de aprender mais sobre um campo de estudo tão potente quanto pouco difundido. Sua escolha cuidadosa dos referenciais teóricos, a sensibilidade nas dinâmicas propostas, a escuta atenta e a maneira acolhedora com que mediava nossas reflexões e escritas criaram um ambiente fértil para o conhecimento de novos saberes.

Essa postura docente, marcada pelo compromisso ético, pela crítica fundamentada e por uma escuta ativa, contribuiu decisivamente para ampliar horizontes e sustentar processos formativos profundos, reflexivos e afetivos. Essa experiência concreta confirma a importância da presença de professores inspiradores na formação docente, pois aprender a profissão docente sem a presença, o apoio e a colaboração dos outros professores não é possível⁶.

A potência da disciplina não se limitou ao espaço da sala de aula: ela atuou como incentivadora de um movimento contínuo de escrita e produção acadêmica. O primeiro artigo, inicialmente elaborado como parte da avaliação da disciplina, foi construído em parceria com colegas de turma do mestrado sob a orientação e supervisão da professora, fundamentais no processo de construção coletiva do texto. O trabalho, que articula os princípios do ecofeminismo com as práticas educativas na educação básica, ganhou força e foi posteriormente apresentado em um congresso nacional sobre meio ambiente, realizado em outro estado.

A partir dessa experiência, surgiu não apenas o desejo, mas o compromisso de seguir escrevendo e difundindo o ecofeminismo no campo educacional. Desde então, apresentei e publiquei outros artigos que articulam o ecofeminismo com a educação ambiental crítica, trazendo essa perspectiva para o centro das discussões sobre a educação básica. Essa mobilização intelectual e afetiva também foi determinante para minha decisão de dar continuidade aos estudos, participando de processo seletivo para o doutorado com a mesma temática. Assim, a disciplina se tornou um marco transformador em minha trajetória, gerando desdobramentos acadêmicos, políticos e pedagógicos que seguem reverberando até o presente.

Entre as principais transformações observadas, destaca-se o fortalecimento de um olhar pedagógico mais atento às desigualdades e exclusões presentes nos contextos escolares. A partir da incorporação de princípios do ecofeminismo, como a ética do cuidado, a valorização dos saberes do corpo e da experiência, a escuta sensível e a crítica à lógica de dominação, foi possível desenvolver práticas educativas mais acolhedoras, críticas e conectadas à realidade dos estudantes e das comunidades atendidas.

No plano prático, a experiência ecofeminista influenciou diretamente na construção de atividades que integrassem natureza, sensibilidade e expressão, como vivências ao ar livre, projetos com ênfase em saberes tradicionais e populares, e abordagens pedagógicas que respeitam a diversidade cultural, de gênero e ambiental. As estratégias passaram a valorizar o tempo da escuta, da contemplação e da construção coletiva do conhecimento, em contraposição à lógica conteudista, fragmentada, marcada por comemorações de datas específicas, como dia da água ou do meio ambiente, que ainda marca boa parte das práticas escolares.

Além disso, a tomada de consciência sobre a própria condição de mulher, professora e pesquisadora, imersa em contextos de colonialidade e patriarcado, revelou-se fundamental para uma prática docente mais crítica e situada. A autoanálise, promovida pela escrita narrativa e autobiográfica, trouxe à tona tensionamentos, silenciamentos e resistências que marcaram a trajetória formativa, mas também evidenciou a potência da educação como prática libertadora e transformadora sob o viés ecofeminista.

Assim, os resultados desta pesquisa não se limitam a dados objetivos, mas se manifestam na constituição de uma nova forma de ser e estar na docência: mais consciente, mais conectada com o mundo e mais comprometida com a construção de uma educação que reconhece a interdependência entre todos os seres e a urgência do cuidado e da valorização da vida em todas as suas formas. Ao longo desse percurso, fortaleceu-se também minha identidade como mulher, professora e pesquisadora, bem como o prazer pela leitura e pela escrita como práticas constantes de reflexão, formação e transformação.

Discussão

O ecofeminismo, como movimento social e corrente teórica, propõe uma crítica articulada às opressões de gênero e à degradação ambiental, evidenciando como ambas se sustentam em estruturas de poder patriarcais, capitalistas e coloniais. Essa perspectiva se fortalece ao dialogar com a interseccionalidade, uma abordagem transdisciplinar que busca compreender a complexidade das identidades e desigualdades sociais por meio de um olhar integrado e relacional⁷. Ao unir essas lentes, o ecofeminismo amplia o campo da Educação Ambiental Crítica, permitindo a construção de práticas pedagógicas sensíveis às múltiplas formas de opressão. A Educação Ambiental Crítica constitui-se como uma abordagem que articula conhecimentos ecológicos e sociais à luta por justiça, direitos e sustentabilidade, debatendo questões relacionadas à cidadania, democracia, participação, emancipação, conflito, justiça ambiental e transformação social⁸.

A abordagem interseccional rejeita o isolamento ou hierarquização dos principais marcadores sociais da diferença, como sexo/gênero, classe, raça, etnia, idade, deficiência e orientação sexual, compreendendo que tais categorias atuam de forma interligada na constituição e reprodução das desigualdades⁷. Ao integrar lutas feministas e ecológicas, o ecofeminismo denuncia que a opressão das mulheres e a degradação ambiental derivam da mesma lógica patriarcal, capitalista e colonial, propondo práticas baseadas no cuidado, solidariedade e valorização da vida.

O ecofeminismo, compreendido como uma denominação recente para um conhecimento ancestral, consolidou-se a partir da confluência de diferentes movimentos sociais, o feminista, as mobilizações pela paz e as lutas ecológicas especialmente entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980. Embora a expressão tenha sido cunhada por Françoise D'Eaubonne, ela só ganhou maior difusão no contexto das múltiplas manifestações e ações de resistência que surgiram em resposta à destruição ambiental evidenciada por sucessivos desastres ecológicos⁹.

A compreensão do ecofeminismo como resultado de longas trajetórias de resistência permite reconhecer que suas raízes estão profundamente entrelaçadas às formas históricas de opressão vivenciadas pelas mulheres. As desigualdades e violências que motivaram a emergência dos movimentos feministas e ecológicos no século XX dialogam com processos muito anteriores, marcados pelo controle dos corpos femininos, pela deslegitimação de seus saberes e pela tentativa de silenciar práticas comunitárias associadas ao cuidado e à autonomia. É justamente essa historicidade da dominação patriarcal que amplia o entendimento sobre as bases políticas e sociais que sustentam as lutas ecofeministas atuais.

No livro *Mulheres e Caça às Bruxas*, Silvia Federici demonstra que, ao longo da história, as mulheres foram sistematicamente alvo de violências, perseguições e acusações que buscavam controlar seus corpos, seus saberes e sua autonomia. A autora interpreta as caças às bruxas dos séculos XVI e XVII não como episódios isolados de superstição, mas como parte de um projeto político e econômico que reforçou estruturas patriarcais e disciplinou mulheres

consideradas resistentes à ordem social nascente, evidenciando que esse processo inaugurou formas de violência que atravessam séculos e ainda se manifestam na contemporaneidade, revelando que a opressão de gênero é um elemento estrutural e persistente nas sociedades ocidentais¹⁰.

O ecofeminismo pode ser definido como uma vertente do ambientalismo que trabalha com mulheres, denunciando formas de dominação sobre corpos, territórios e modos de vida, especialmente de mulheres negras, indígenas e periféricas, e defendendo uma racionalidade pautada na reciprocidade e na valorização de saberes não hegemônicos, rompendo com a dicotomia cultura/natureza¹¹. Ao incorporar as perspectivas das mulheres nas discussões ambientais, o ecofeminismo valoriza dimensões como qualidade de vida e valores socioculturais, desafiando critérios tradicionais, como produção e renda¹¹. Isso porque o ecofeminismo destaca a importância da equidade de gênero, ampliando a participação das mulheres nos espaços políticos e sociais, entretanto, é importante ficar alerta para o risco de interpretações essencialistas que naturalizam o papel das mulheres na preservação ambiental⁹.

O ecofeminismo pode ser visto também como uma epistemologia contra-hegemônica, que valoriza vínculos com a terra, autonomia e resistência das mulheres, em clara crítica da relação da subordinação feminina e da destruição ambiental à mesma matriz de dominação, baseada na acumulação, controle e exploração⁹.

Estudo realizado com comunidades camponesas na Índia evidenciou como políticas neoliberais afetam diretamente as mulheres responsáveis pela produção de alimentos, cuidado da água e preservação ambiental¹². Nesse aspecto, o meio ambiente não pode ser visto apenas como recurso disponível, e o consumo excessivo representa um assalto à natureza. Assim, a recuperação de princípios feministas é necessária para superar ciclos de violência e recompor relações entre natureza, gênero e formas criativas de existir¹².

Ao dialogar com o ecofeminismo de Vandana Shiva¹² e outras autoras que refletem sobre o contexto indiano, compreende-se que a exploração ambiental e a opressão das mulheres estão diretamente ligadas aos processos coloniais, ao capitalismo e à lógica patriarcal. Contudo, tais reflexões não se limitam à realidade da Índia: reverberam no contexto brasileiro, especialmente em territórios indígenas, quilombolas e comunidades rurais lideradas por mulheres, onde práticas de cuidado com a terra e com a vida se constituem como formas de resistência. A crítica decolonial, nesse sentido, permite aproximar diferentes territórios e reconhecer que os impactos socioambientais e as desigualdades de gênero não são fenômenos isolados, mas estruturais. Ao levar essas discussões para a escola, é possível questionar currículos centrados em perspectivas coloniais e ampliar o diálogo com saberes locais e comunitários, valorizando outros modos de existir e de produzir conhecimento.

A ética do cuidado, inserida nessa perspectiva ecofeminista, oferece uma lente poderosa para pensar práticas educativas que valorizem as relações humanas e a responsabilidade com o outro. Essa abordagem privilegia a empatia, a escuta e o compromisso com o bem-estar coletivo, podendo contribuir na educação básica para ambientes mais acolhedores e inclusivos, nos quais o desenvolvimento socioemocional dos estudantes seja tão valorizado quanto o desempenho acadêmico. Carol Gilligan, pioneira no debate sobre ética do cuidado sob a ótica de gênero, destacou em *In a Different Voice*, de 1982, duas formas complementares de moralidade: a masculina, centrada em princípios abstratos de justiça, e a feminina, baseada na responsabilidade relacional e cuidado mútuo¹³.

Portanto, a ética do cuidado discutida na disciplina e presente nas autoras ecofeministas, desloca a ideia de cuidado como ato naturalizado e feminino para compreendê-lo como prática política, que envolve responsabilidade, justiça e defesa da vida. No contexto escolar, isso significa transformar relações pedagógicas, promovendo escuta sensível, diálogo,

cooperação e respeito às diferenças. Essa perspectiva torna-se ainda mais potente quando articulada à crítica decolonial, que questiona hierarquias de saber e abre espaço para epistemologias não hegemônicas, como os conhecimentos produzidos por mulheres negras, indígenas, agricultoras ou lideranças comunitárias no Brasil. Assim, a formação ecofeminista contribui não apenas para repensar conteúdos, mas para transformar as relações de poder que atravessam o cotidiano escolar.

Assim, a ética do cuidado desafia dualismos tradicionais, como cultura/natureza, sentimento/razão e homem/mulher, valorizando a perspectiva feminina e a igualdade entre a vida humana e não humana¹⁴. Essa ética promove uma visão integrada e inclusiva das relações no planeta, propondo o respeito mútuo como base para a coexistência. O conhecimento e as experiências das mulheres podem impulsionar uma mudança cultural em direção a um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Nesse sentido, a ética do cuidado aplicada à educação básica contribui para a criação de ambientes empáticos, inclusivos e centrados no bem-estar dos estudantes. O ecofeminismo, como vertente teórica e política do feminismo, articula a crítica à opressão das mulheres com a exploração ambiental, propondo novas formas de pensar e praticar o cuidado. Ao integrar questões de gênero e meio ambiente, oferece uma lente crítica para repensar relações de poder e práticas de dominação, essenciais para a construção de valores formativos desde a infância.

Educar envolve um compromisso profundo com o cuidado, que se manifesta no ato de acolher, escutar, incentivar e apoiar os estudantes, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico e da ação responsável. Educar é lidar com pessoas complexas e singulares, inseridas em uma rede de relações humanas e sociais. Assim, educar com cuidado implica cultivar o amor maduro e a sensibilidade nas relações consigo mesmo, com os outros e com o meio ambiente, buscando a formação integral do ser humano¹⁵. Essa visão dialoga diretamente com os princípios do ecofeminismo e da ética do cuidado¹⁴, que reconhecem o cuidado como atitude ética, empática e relacional, fundamental para a construção de um mundo mais justo, equilibrado e sustentável.

Ao incorporar gênero, território e natureza em uma mesma matriz de análise, o ecofeminismo amplia significativamente a Educação Ambiental Crítica, incluindo dimensões historicamente marginalizadas nas políticas de formação docente. Essa perspectiva fortalece práticas pedagógicas mais sensíveis às múltiplas opressões e fundamentadas na justiça socioambiental.

No contexto do PROFCIAMB, verifica-se a importância da articulação entre saberes acadêmicos e os oriundos da prática docente¹⁵. A disciplina de *Ecofeminismo: Mulher, Meio Ambiente e Ética do Cuidado*, ao integrar questões de gênero, justiça socioambiental e práticas pedagógicas transformadoras, exemplifica essa articulação, ampliando a compreensão das interseções entre ciência, ética e realidade escolar. A disciplina promove não só conteúdos teóricos, mas a construção coletiva de saberes para superar opressões e construir um ensino justo, inclusivo e sustentável.

A disciplina teve como foco a discussão das construções sociais de gênero e de suas implicações nas práticas socioambientais, abordando conceitos como patriarcado, interseccionalidade, feminismo decolonial e ecofeminismo. Ao longo dela, foram estudados diferentes movimentos feministas e o protagonismo das mulheres nas lutas socioambientais, relacionando tais debates ao desenvolvimento de uma ética do cuidado. As atividades formativas envolveram leituras orientadas, aulas expositivas, seminários, pesquisas e produção de trabalhos individuais e em grupo, com avaliação processual e apresentação final. Essa proposta metodológica proporcionou a articulação entre teoria e prática, o diálogo com

experiências escolares e a construção de reflexões críticas sobre a docência, o que contribuiu para os impactos formativos analisados neste relato.

Neste contexto, as reflexões de Mies e Shiva⁹ fortalecem a compreensão de que a ética do cuidado, central às abordagens ecofeministas estudadas na disciplina, exige reconhecer a Terra como um organismo vivo, dotado de valor próprio e do qual fazemos parte. As autoras argumentam que superar a lógica patriarcal de domínio implica assumir nossa responsabilidade na preservação da diversidade da vida e adotar formas de existir, produzir e consumir que respeitem os limites ecológicos. Essa visão amplia o debate realizado em sala, ao evidenciar que práticas socioambientais transformadoras dependem não apenas de uma postura crítica, mas também de uma mudança profunda na maneira como nos relacionamos com a natureza e com todas as espécies que a compõem.

As autoras alertam que a sobrevivência da humanidade depende dessa reconciliação com a Terra, pois insistir em práticas destrutivas significa ampliar o risco de extinção humana e de inúmeras outras espécies, configurando um caminho insustentável⁹. Essa reflexão dialoga diretamente com a proposta formativa do *Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais* e, em particular, com a disciplina *Ecofeminismo: Mulher, Meio Ambiente e Ética do Cuidado*, que busca problematizar as estruturas de poder responsáveis pela crise socioambiental.

Ao discutir o papel das mulheres nas lutas ecológicas, a centralidade do cuidado como prática política e a crítica ao modelo patriarcal de exploração, a disciplina evidencia que a formação de professoras/es deve considerar não apenas conteúdos científicos, mas também abordagens éticas, críticas e sensíveis à complexidade das relações entre humanos e natureza. Assim, ao preparar docentes para compreender e atuar diante de desafios ambientais urgentes, o curso contribui para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a preservação da vida, com a justiça ambiental e com a transformação necessária para evitar o agravamento dos danos socioecológicos no planeta.

Assim, a formação docente no PROFCIAMB, ao incorporar o Ecofeminismo como eixo reflexivo e prático, contribui para a construção de um espaço compartilhado entre universidade e escola, onde a educação ambiental crítica e emancipadora se desenvolve de forma situada, participativa e transformadora⁶.

Destaca-se, ainda, que a docência, profissão de alta complexidade, exige constante reconstrução de saberes e atualização das práticas, articulando saber-fazer pedagógico com uma postura reflexiva e investigativa⁴. A dimensão pessoal, ética e política do professor é fundamental para sua atuação em contextos sociais diversos e desafiadores. No PROFCIAMB, essa visão se alinha à disciplina de Ecofeminismo, que convida professoras/es-mestrandas/os a adotarem postura crítica e ética diante das múltiplas opressões presentes na escola.

Ao refletir sobre o papel das mulheres na conservação ambiental, o cuidado como prática política e a valorização de saberes invisibilizados, a disciplina estimula uma prática docente comprometida com transformação social e ambiental, fortalecendo a dimensão pessoal e político-social da atuação docente. Essa perspectiva dialoga diretamente com as bases do ecofeminismo, que entendem a relação entre mulheres, natureza e cuidado como um campo de resistência e de construção de outras formas de existir e educar. No prefácio da obra *Ecofeminismo*, Kelli Mafort sustenta que o ecofeminismo pode ser compreendido tanto como um legado teórico quanto como parte da luta feminista, devendo, sobretudo, ser entendido como uma força vital e um instrumento de combate capaz de equilibrar amor e indignação na reconstrução do ser humano como integrante da natureza¹¹.

Assim, não há possibilidade de sustentabilidade quando faltam justiça ambiental, e esta, por sua vez, só pode ser alcançada quando existem relações equitativas entre mulheres, homens e diferentes gerações⁹. Em diálogo com essa perspectiva, a disciplina abordou

justamente como as desigualdades de gênero e as hierarquias sociais influenciam o modo como grupos distintos vivenciam os impactos socioambientais. Ao discutir patriarcado, interseccionalidade, ecofeminismo e ética do cuidado, o componente curricular evidenciou que práticas sustentáveis só se concretizam quando reconhecemos e enfrentamos essas desigualdades estruturais. Nesse sentido, as reflexões propostas despertaram nos participantes a compreensão de que a justiça socioambiental é indissociável da justiça de gênero e de uma educação comprometida com a equidade e a preservação da vida, princípios essenciais para a formação de professores atuantes em um mundo marcado por múltiplas crises ecológicas.

A dinâmica formativa adotada possibilitou que os conceitos discutidos fossem vivenciados para além da teoria, mobilizando experiências pessoais, escolares e comunitárias. O contato com autoras como Butler, Foucault, Siliprandi, Lessa, e outras referências do campo feminista e ecofeminista, aliado às discussões sobre ética do cuidado, relações de poder e protagonismo das mulheres nas práticas socioambientais, produziu reflexões que transformaram a compreensão sobre currículo, relações escolares e práticas pedagógicas. Dessa forma, os impactos relatados neste artigo são fruto do processo formativo construído na disciplina, e não apenas da leitura teórica, mas da experiência, da escuta e do diálogo acadêmico.

Por fim, o Ecofeminismo no PROFCIAMB torna-se ferramenta potente para o desenvolvimento profissional docente, articulando reflexão crítica, ação educativa e compromisso com justiça socioambiental. A experiência é aquilo que nos atravessa, afeta e transforma¹⁷, e foi exatamente esse movimento que a disciplina provocou em mim. Mais do que conteúdo teórico, constituiu-se como vivência significativa que mobilizou sentimentos, reflexões e questionamentos profundos sobre meu papel como mulher, professora, pesquisadora e cidadã num mundo marcado por desigualdades sociais, ambientais e de gênero. O Ecofeminismo deixou de ser apenas tema de estudo para tornar-se uma lente através da qual enxergo, atuo e intervenho com mais responsabilidade e empatia.

Conclusões

Este estudo reafirma que a formação ecofeminista, especialmente por meio da disciplina *Ecofeminismo: Mulher, Meio Ambiente e Ética do Cuidado* do PROFCIAMB, impactou significativamente a prática docente na educação básica, promovendo uma resignificação da atuação profissional pautada em princípios críticos, inclusivos e decoloniais. Conforme previsto no objetivo inicial, a análise autobiográfica revelou que a incorporação dos saberes ecofeministas contribuiu para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a ética do cuidado, a justiça socioambiental e a equidade de gênero, evidenciando a importância da articulação entre teoria e prática para a transformação educativa.

Considerando que os ecofeminismos ainda ocupam um lugar pouco consolidado na produção acadêmica brasileira e são escassos os trabalhos que incorporam essa abordagem¹⁸, a oferta da disciplina assume um papel estratégico para o fortalecimento desse campo teórico no ambiente universitário. Ao inserir debates ecofeministas no currículo do Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais, a disciplina contribui para ampliar a visibilidade do tema, promover sua legitimidade científica e estimular novas investigações. O impacto formativo torna-se evidente quando se observa que, a partir das discussões realizadas na disciplina, produções acadêmicas começam a emergir, como no meu próprio caso, em que o primeiro artigo escrito durante a disciplina abriu caminho para a elaboração e publicação de outros trabalhos sobre o tema, bem como o interesse em cursar o Doutorado e dando continuidade aos estudos sobre o Ecofeminismo. Dessa forma, a disciplina não apenas preenche uma lacuna existente na

literatura, mas também impulsiona a construção de conhecimentos que articulam gênero, justiça socioambiental e educação, fortalecendo um campo ainda pouco explorado, mas essencial para compreender e enfrentar os desafios contemporâneos.

Além disso, o relato demonstrou como a disciplina estimulou um movimento contínuo de reflexão, produção acadêmica e compromisso político, confirmando a relevância da presença de docentes inspiradores na formação profissional. O diálogo entre o ecofeminismo e a Educação Ambiental Crítica, mediado pela interseccionalidade e pela ética do cuidado, favoreceu a construção de uma práxis pedagógica que reconhece as múltiplas opressões e valoriza saberes tradicionalmente marginalizados, alinhando-se ao compromisso com a formação de sujeitos éticos e politicamente engajados.

Por fim, o estudo evidencia que a formação ecofeminista no PROFCIAMB não apenas qualifica a professora e o professor para enfrentar os desafios contemporâneos da educação, mas também fortalece a identidade docente e o prazer pela reflexão crítica e escrita, elementos essenciais para a constituição de uma educação emancipadora e transformadora. Além disso, a reflexão construída ao longo da disciplina demonstra que formações desse tipo não apenas transformam a prática docente, como também geram impactos éticos, políticos e pedagógicos. Dessa forma, esta experiência pode contribuir para incentivar a incorporação de disciplinas com enfoque ecofeminista em outros currículos de Mestrado, fortalecendo perspectivas críticas e socioambientais na educação brasileira.

Referências

1. Minayo MCS, organizadora. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 16. ed. Petrópolis: Vozes; 2000.
2. Hernández Sampieri R, Fernández Collado C, Baptista Lucio MP. Metodologia de pesquisa. Moraes DV, tradutora; Garcia AGQ, Silva D, Júlio M, revisores técnicos. 5. ed. Porto Alegre: Penso; 2013.
3. Pineau G. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. *Educ Pesqui.* 2006;32(2):329-343. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200009>
4. Souza EC. Territórios das escritas do eu: pensar a profissão – narrar a vida. *Educação.* 2011;34(2):213-220.
5. Moraes JS, Brito AE, Soares FMP, organizadores. *Escritas autobiográficas sobre ensino, pesquisa e formação de professores(as)* [Internet]. 1. ed. Curitiba: Editora Bagai; 2024 [acesso em ago 2025]. 320 p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/747584/1/Escritas%20Autobiogr%C3%A1ficas%20sobre%20Ensino%2C%20Pesquisa%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Professores%28as%29.pdf>
6. Nóvoa A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educ Real.* 2019;44(3):e84910. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623684910>
7. Bilge S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogene.* 2009;225(1):70-88. DOI: <https://doi.org/10.3917/dio.225.0070>
8. Nogueira LSB, Teixeira C. Os entraves da tendência pragmática para uma educação ambiental emancipatória. *Cad CIMEAC.* 2017;7(2):146-161. DOI: <https://doi.org/10.18554/cimeac.v7i2.2024>
9. Mies M, Shiva V. *Ecofeminismo.* Belo Horizonte: Luas; 2021.
10. Federici S. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais.* Candiani HR, tradutora. 1. ed. São Paulo: Boitempo; 2019.
11. Siliprandi E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecol Desenvolv Rural Sustent.* 2000 [acesso em 2 ago 2024];1(1):61-70. Disponível em: http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf
12. Shiva V. *Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia.* Madrid: Horas y Horas; 1991.
13. Marinho M. Olhares femininos sobre a ética: Carol Gilligan e Nel Noddings. *Interv Soc.* 2004 [acesso em ago 2024];(29):71-82. Disponível em: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1149/1264>

14. Guedes de Castro ACES, Costa AA. Ética do cuidado, emancipação feminina e desenvolvimento sustentável: aproximações necessárias. *Rev Paradigma*. 2022 [acesso em ago 2024];31(1):129-150. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1977>
15. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica. Brasília: MEC; 2013.
16. Lomba MLR, Faria Filho LM. Os professores e sua formação profissional: entrevista com António Nóvoa. *Educ Rev*. 2022;38:e88222. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.88222>
17. Larrosa J. Tremores: escritos sobre experiência. Antunes C, Geraldi JW, tradutores. 1. ed. 6. reimp. Belo Horizonte: Autêntica; 2022.
18. Rosendo D, Oliveira FAG, Carvalho P, Kuhnen TA, organizadores. *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape’Ku; 2019.

Declaração de Disponibilidade de Dados: Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis no próprio artigo.

ORCID:

Angelita Belo: <https://orcid.org/0009-0004-1368-0997>

Editora: Ábia Lima de França.

Recebido em 03/09/2025.

Revisado em 03/11/2025.

Aceito em 21/11/2025.

Autora para correspondência: Angelita Belo, email: beloangelita@gmail.com